

Os limites do capitalismo no espaço e no tempo: um ensaio sobre mercado mundial, revolução e sujeito revolucionário em *O capital* de Marx*

The limits to capitalism in space and time: an essay about world market, revolution and revolutionary subject in Marx's Capital

Leonardo de Magalhães Leite**

Resumo

Pretendo mostrar que a exposição de Marx no Livro I de *O capital* conecta os limites da sociedade moderna tanto no espaço quanto no tempo, isto é, conecta mercado mundial e revolução. Ademais, sugiro que essa conexão revela a classe trabalhadora como um todo, necessariamente em nível mundial, como o sujeito social com o potencial de abolir o capital. Para isso, analiso a teoria de Marx em *O capital* cotejando-a com outros textos do autor.

Palavras-chave: Karl Marx; capitalismo; mercado mundial; revolução; sujeito revolucionário.

Abstract

In this paper, I intend to show that Marx's exposition in Volume I of Capital connects the boundaries of modern society both in space and time, which is the same to say that world market and revolution, in that book, are linked. Moreover, I suggest that this connection between world market and revolution reveals that, at the global level, the working class is necessarily the potential social subject to abolish the capital. In methodological terms, I analyze Marx's theory in Capital related to other political texts.

Keywords: Karl Marx; capitalism; world market; revolution; revolutionary subject.

* Este trabalho é transcrição adaptada de palestra proferida no Curso Marx e o Marxismo 2018, organizado pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo da Universidade Federal Fluminense (NIEP-Marx/UFF).

** Professor na Faculdade de Economia da UFF e pesquisador no NIEP-Marx/UFF.

Introdução

Uma das raras afirmações que é ponto pacífico entre os marxistas é que Marx era um revolucionário. Além disso, que era um militante internacionalista, como fica evidente em sua atividade política na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), na década de 1860, no apoio à luta pela libertação dos irlandeses, nessa mesma época, e, dentre outros momentos, nas correspondências sobre a possibilidade da comuna na Rússia, nos anos 1880. A famosa mensagem final do *Manifesto comunista* de 1848, “Proletários *de todos os países*, uni-vos!”, tem exatamente esse sentido (Marx e Engels, 2010, p. 69, grifos adicionados). Em resumo, o projeto central da vida de Marx, o comunismo, está evidente e explicitamente considerado em seus escritos políticos e filosóficos e em sua atuação prática.

Meu propósito aqui é mostrar como esse projeto de vida, o comunismo, se relaciona com a crítica da economia política. Pretendo mostrar que a necessidade da *revolução mundial*, uma revolução contra o capital, também está presente em sua crítica da economia política. Mais do que isso, que a revolução, sempre em sentido mundial, é o eixo em torno do qual sua crítica da economia política foi construída. Pretendo defender que, ao fazer uma *crítica* da economia política, Marx nos deixou uma obra-prima chamada *O capital* que está inserida no movimento de negação da sociedade burguesa. Afirmar isso significa afirmar que *O capital* é uma obra sobre a revolução e sobre os sujeitos dessa revolução.

Pode parecer que estou querendo reafirmar o óbvio, mas não é bem assim. Para se ter uma ideia da importância de reforçar essa vinculação entre revolução contra o capital e crítica da economia política, posso citar, a título de exemplo, um livreto de divulgação da obra-prima de Marx publicado no Brasil em 2018, chamado *O Capital para Crianças*, o qual se encerra com os trabalhadores em festa porque conseguiram diminuir a jornada de trabalho em algumas horas e, por isso, passam a espalhar a boa-nova por outros lugares (Fortuny, 2018). Embora o caráter internacionalista esteja correto, a mensagem reformista associada à Marx, como se ele fosse um teórico que defendesse a diminuição da exploração, está equivocada. Quero dizer, com isso, que, hoje, *reafirmar o caráter revolucionário* da crítica da economia política de Marx não é reafirmar o óbvio, mas é um passo necessário na direção de desmistificar o autor e sua obra.

Indo direto ao ponto, o que é, afinal, a crítica da economia política de Marx? Quando começa a redigir centenas e mais centenas de páginas sobre o assunto no final dos anos 1850 em Londres, em cujo esforço consta o que chamamos de *Grundrisse*, ele redige uma carta a Lassalle explicando o que estava fazendo. Um dos trechos diz o seguinte: “O trabalho que estou desenvolvendo atualmente é uma Crítica das Categorias Econômicas ou, se preferir, uma *exposição crítica do sistema da economia burguesa*. É ao mesmo tempo uma exposição e, da mesma forma, *uma crítica do sistema*” (Marx, 2010a, grifos adicionados, tradução nossa). Alguns anos depois, propriamente em 1867, quando seu árduo trabalho de mais

ou menos 10 anos estava pronto, que é o Livro I de *O capital*, ele escreve outra carta para outro companheiro anunciando que o material tinha ido para a gráfica e pedindo ajuda na divulgação quando ficasse pronto. E ele se refere à sua crítica da economia política assim: “é sem dúvida o mais terrível míssil que já foi lançado na cabeça da burguesia (proprietários de terras incluídos)” (Marx, 2010b, grifos adicionados, tradução nossa).

Marx faz questão de anunciar que sua crítica da economia política é uma “crítica do sistema” e, sem nenhuma modéstia, que é o “mais terrível míssil que já foi lançado na cabeça da burguesia”. Isso comprova que seu projeto teórico está inserido em seu projeto de vida, que é o comunismo, a negação da sociedade burguesa. Precisamos ver, de fato, como ele fez isso.

Logo no prefácio da 1ª edição de *O capital*, Marx (2013, p. 78) diz que o capital possui “caráter histórico”, ou seja, que o capitalismo é uma forma de sociedade historicamente determinada. No mesmo prefácio, Marx (2013, p. 79, grifos adicionados) diz que seu livro trata de “desvelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna”. Pois bem: para capturar o significado dessa afirmação, notemos que qualquer movimento, na acepção que nos interessa, envolve um ponto de partida e um ponto de chegada, a saída de um ponto e a chegada em outro ponto através de um deslocamento. E, além disso, como nosso universo possui três dimensões de espaço e uma de tempo, o movimento *pode ocorrer duplamente: no tempo e no espaço*. Pretendo me concentrar neste texto sobre as implicações desse duplo movimento executado pela sociedade do capital.

Marx faz esse *duplo desvelar* em *O capital*: a sociedade do capital se movimenta no tempo e no espaço, com *direcionamento duplamente expansivo*, ou o mesmo direcionamento expansivo nas duas dimensões. A crítica da economia política de Marx revela o movimento historicamente determinado da nossa sociedade, ou seja, que nossa forma de sociedade nasce em algum momento, se desenvolve e possivelmente morre em outro tempo. A mesma crítica da economia política também revela o necessário e incontrolável espraiamento do capital, num movimento incessante, o que significa que o capital tende a ocupar todos os espaços, isto é, tende a transformar tudo (em todos os lugares) em mercadoria. Portanto, o duplo movimento significa, *por um lado*, que o ponto de chegada do deslocamento de nossa sociedade *no tempo* é a abolição do capital, a revolução. *Por outro lado*, o ponto de chegada do deslocamento de nossa sociedade *no espaço* é a constituição do mercado mundial tipicamente capitalista.

Logo, se a sociedade burguesa é necessariamente mundial, resultado de seu movimento no espaço, sua supressão também é, resultado de seu movimento no tempo. A crítica da economia política de Marx põe em primeiro plano que a revolução contra o capital só pode ser uma revolução mundial. Essa é a antítese, a máxima *negação do duplo movimento* da sociedade burguesa. Esta é a hipótese que tentarei sustentar.

Para isso, conduzirei minha exposição em três momentos. Primeiro tentarei mostrar que o mercado mundial é o ponto de chegada do movimento do capital no espaço e que este movimento está posto já no Livro I de *O capital*. Em segundo lugar, que a revolução é o ponto de chegada do movimento no tempo e que ela só pode ser mundialmente considerada e só pode ser obra da classe trabalhadora. Entre os dois momentos, precisarei esboçar elementos que reforcem a ideia de que a concorrência entre capitais está presente no Livro I.

1. Mercado mundial: ponto de partida e de chegada

No Capítulo 22 do Livro I, antes de apresentar sua teoria da reprodução ampliada, existe uma passagem muito comentada onde Marx diz o seguinte:

Abstraímos, aqui, do comércio de exportação [...]. Para conceber o objeto da investigação em sua pureza, livre de circunstâncias acessórias perturbadoras, temos de considerar, aqui, o *mundo comercial como uma nação e pressupor que a produção capitalista se consolidou em toda parte* e apoderou-se de todos os ramos industriais (MARX, 2013, p. 656, grifos adicionados).

A abstração do comércio de exportação significa considerar o comércio em geral, não distinguindo comércio doméstico de comércio internacional, de modo que produção para a troca é produção para a troca sem lugar definido. O vendedor não está interessado na nacionalidade do comprador. Não faz a mínima diferença para o capitalista inglês se ele vende sua mercadoria para um comprador inglês ou para um comprador alemão. O interesse é realizar a venda, não importa para quem.

Na *Crítica do Programa de Gotha*, de 1875, Marx (2012, p. 35) comenta: “qualquer comerciante sabe que o comércio alemão é, ao mesmo tempo, comércio exterior”. Ele identifica imediatamente, isto é, sem mediações, o comércio alemão com o comércio exterior, indicando que qualquer produção de mercadorias é feita para a troca universal, para o comércio em geral, para, enfim, o mercado mundial. Essa, segundo Pradella (2015, p. 147, grifos adicionados), “é a única forma de conceituar o mercado mundial”: abstrair a diferença entre comércio doméstico e comércio internacional, portanto incluir mercados internos e externos de todas as nações participantes dele. Falar de mercado mundial, portanto, é falar de acumulação de capital em escala mundial, abstraindo a existência de fronteiras nacionais, as quais, quando postas na análise, devem nos conduzir para um plano mais concreto.

Voltando ao prefácio da 1ª edição do Livro I, datado de 25 de julho de 1867, Marx (2013, p. 78, grifos adicionados) diz o seguinte: o objetivo da obra é investigar

“o modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e de circulação”. Enfim, o modo de produção capitalista é seu objeto de estudo.

Naquela passagem do Capítulo 22, Marx reafirma o que pôs no prefácio: que está pressupondo que “a produção capitalista se consolidou em *toda parte*”. Não é coincidência que no prefácio ele indique que o objetivo é estudar o modo de produção capitalista e no Capítulo 22, na última seção do livro, indique que o objeto da análise é a produção capitalista, supondo que tenha se apoderado em toda parte.

De fato, essa abstração possui uma base real e concreta: Marx pressupõe que a produção capitalista se apoderou de todas as partes pois essa é a tendência objetiva do capitalismo. Desde o *Manifesto comunista*, Marx e Engels (2007, p. 44) perceberam isso: “a burguesia arrasta para a torrente da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras”. Como a burguesia realiza esse papel? Ora, com a mais pura *violência*, seja extra econômica ou econômica. E a utilização desta arma econômica é um dos fatores que tornam o capitalismo uma forma de sociedade *sui generis*, que o distingue radicalmente de sociedades antigas nas quais também ocorriam tendências expansionistas. A continuação daquela passagem do Manifesto diz que “os *baixos preços de seus produtos* são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga à capitulação os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros” (ibidem, p. 44, grifos adicionados). Desde o *Manifesto* Marx já tem clareza do papel extraordinário desempenhado pelo desenvolvimento das forças produtivas no espraiamento, na globalização do modo de produção capitalista.

Ali, no *Manifesto*, em 1848, ele descreveu, mas não explicou qual seria o motor desse processo. Ele não tinha formulado ainda sua própria teoria do valor, assunto sobre o qual vai se debruçar a partir dos estudos em Londres nos anos 1850 e que atinge o ápice na redação final do Livro I de *O capital* em 1865-66. Uma de suas conclusões na seção do mais-valor relativo é a seguinte: a revolução na produtividade do trabalho engendrada pela grande indústria forja “uma nova *divisão internacional do trabalho*” (Marx, 2013, p. 513). Ele está indicando, na cuidadosa e demorada redação definitiva do Livro I, que a lei do valor – através da busca pelo mais-valor extra por cada capitalista individual – carrega, consigo, a potência para a constituição de um *mercado mundial tipicamente capitalista*. Minha interpretação desta seção 4 do Livro I é que Marx abertamente conecta concorrência com mercado mundial, contrariando as teses que advogam que essas duas categorias não entrariam na exposição do Livro I. Voltarei a esse ponto, sobre a relação entre concorrência e mercado mundial.

A exposição de Marx (2013, p. 229-230), como se sabe, vai mostrar que o valor é o “*sujeito automático*” de um processo de permanente autovalorização, num movimento no qual a riqueza cresce através de uma lógica autonomizada em relação aos seres humanos. Isto é, os seres humanos não têm controle sobre

a lógica do capital. Em outras palavras, a lógica do capital é incontrolável e, por isso mesmo, estranhada (Duayer e Medeiros, 2008, p. 156). Nos termos de Marx (2013, p. 228): “O movimento do capital é, por isso, desmedido”. Este é, em síntese, o argumento de Marx no Capítulo 4 da obra.

Se o argumento do Capítulo 4 for verdadeiro, significa que *a lógica do capital* se sobrepõe à *lógica dos Estados nacionais*: o impulso autoexpansivo do valor, sua lógica incontrolável, empurra o capital para fora de qualquer fronteira nacional. Sua *internacionalização*, portanto, é um *atributo imanente*. É logicamente impossível tratar do modo capitalista de produção, objeto do Livro I, como um sistema fechado. Marx (2013, p. 78 grifos adicionados) reconhece isso quando toma a Inglaterra como sua “*ilustração principal*” – e não o escopo de sua obra – em virtude de ser a “*localização clássica*” deste modo de produção.

Ao tratar o argumento do Capítulo 4 como revelador de que o modo capitalista de produção não pode ser tratado como um sistema fechado, e sim como um *sistema em permanente expansão*, podemos reler o último item do Capítulo anterior – sobre o *dinheiro mundial*. Ao representar a última mediação lógica entre valor e capital, a categoria dinheiro mundial, sendo meio universal de pagamento, começa a explicitar a importância do mercado mundial que estava implícita desde o princípio.

A mercadoria que Marx chama de dinheiro mundial no Capítulo 3 é o ouro. No Capítulo 1, a mercadoria que funciona como mercadoria-dinheiro, que representa o dinheiro, também é o ouro. O ouro se torna o equivalente universal, funciona como dinheiro, representa a forma-dinheiro, porque é o dinheiro mundial. Isso significa que a análise de Marx, desde o Capítulo 1 do Livro I, foi conduzida no nível de abstração do mercado mundial (e não no nível de uma economia nacional qualquer). Considerando o capitalismo como uma totalidade aberta, um sistema em permanente expansão, cujo “sujeito automático” é o capital, o papel do dinheiro mundial é universalizar a possibilidade lógica e histórico-concreta do próprio capital. Sugiro, assim, que a exposição em *O capital* parte do nível de abstração do mercado mundial, ainda que ele não esteja literalmente ali com todas as suas determinações concretas.

À luz dessa chave de leitura, espero ter deixado claro que a observação de Marx no Capítulo 22, pressupondo “que a produção capitalista se consolidou em toda parte”, significa que o autor está supondo a *imposição espacial* do modo de produção capitalista. Portanto está considerando a economia mundial enquanto totalidade a partir da “*lógica geral de desenvolvimento do sistema*” já identificada nas seções precedentes do Livro I. Em outras palavras, está demonstrando que a sociedade burguesa se movimenta expansivamente no espaço. Neste capítulo e nos seguintes, os dois movimentos, isto é, no espaço e no tempo, se conectam mutuamente e um ajuda a compreender o outro.

O papel do Capítulo 22, onde se analisa a transformação do mais-valor em

capital, é mostrar que, depois de vários processos reprodutivos, o capital é integralmente resultado da exploração do trabalho humano: o capital “não contém um só átomo de valor que não derive de trabalho alheio não pago” (Marx, 2013, p. 658). Sua conclusão é que “a acumulação é a conquista do mundo da riqueza social. Juntamente com a massa de material humano explorado, ela *amplia o domínio* direto e indireto do capitalista” (Marx, 2013, p. 667-668, grifos adicionados). Sua teoria da reprodução em escala ampliada revela, uma vez mais, a lógica expansiva e incontrolável do capital. Segue que, novamente, agora no ponto de chegada do Livro I, Marx está tratando de um sistema em permanente expansão, impossível de ser exposto no plano de uma economia nacional.

Falar de um sistema em permanente expansão significa dizer que as fronteiras do mercado mundial capitalista se afastam do centro junto com o desenvolvimento da própria acumulação de capital. Constituem-se, assim, periferias, no sentido literal, mas também no sentido simbólico, no sentido de que qualquer esfera de sociabilidade humana fora do domínio mercantil tende a ser incorporada pelo capital.

2. A categoria da concorrência no Livro I: elementos para a crítica da tese do capital em geral

Esse argumento sobre o papel do mercado mundial na crítica da economia política depende de outro, que é sobre o papel da *concorrência*. Segundo uma interpretação muito difundida sobre *O capital*, a de Rosdolsky (2001, p. 27), o Livro I não seria o lugar da concorrência e, sendo assim, também não incorporaria o mercado mundial. Essa interpretação se baseia no famoso plano original da crítica da economia política, apresentado por Marx em 1858, segundo o qual sua obra seria composta por seis livros: “1. Sobre o capital (contendo alguns capítulos introdutórios); 2. Sobre a propriedade da terra; 3. Sobre o trabalho assalariado; 4. Sobre o Estado; 5. Comércio exterior; 6. Mercado mundial” (Marx, 2010a, p. 270, tradução nossa). O argumento, muito esquematicamente, é o seguinte: se o plano original previa seis livros e a redação definitiva de *O capital* incorporou apenas três, então os últimos três (dentre os quais o do mercado mundial) foram relegados da redação definitiva e, portanto, os temas presentes nesses livros seriam postergados para estudos futuros. Para se ter uma ideia da força dessa interpretação, é assim que consta na Apresentação da edição mais recente do Livro I, da editora Boitempo, elaborada por Jacob Gorender (2013).

O próprio Gorender (2013, p. 36), abertamente inspirado em Rosdolsky, sugere que “os dois primeiros livros são dedicados ao ‘capital em geral’, ao capital em sua identidade uniforme”. Apenas no Livro III, seguindo Gorender (2013, p. 37), “os capitais se diferenciam, se individualizam”. Certamente no Livro III essa diferenciação entre os capitais é posta em primeiro plano. Só assim seria possível para

Marx discorrer sobre a distribuição do mais-valor. Entretanto, para o argumento do Livro I funcionar, *é imprescindível considerar a existência de vários capitais*, diferenciados entre si. Em três momentos decisivos da obra isso fica explícito¹.

Logo no Capítulo 1 do Livro I, Marx diz o seguinte: mercadoria é valor e valor de uso. Mas só existe o valor de uma mercadoria se ele puder se espelhar no valor de outra mercadoria. Ou seja, o valor de uma mercadoria precisa se manifestar como valor de troca. A existência de uma mercadoria, enquanto portadora de valor, pressupõe a existência de outras mercadorias, com as quais se efetiva a troca e se realiza o valor de troca. Como não existe valor sem valor de troca, a existência do valor pressupõe a existência de vários capitais diferenciados entre si, isto é, produtores de mercadorias distintas do ponto de vista do valor de uso. Portanto, só é possível falar em valor e forma de valor, temas do Capítulo 1, se pressupormos a existência de vários capitais.

No Capítulo 10, essa questão fica ainda mais patente. A produção do mais-valor relativo, tema desse capítulo, pressupõe, abertamente, a concorrência. O motor, digamos assim, do aumento da produtividade, é a busca pelo mais-valor extra. Capitais alteram a base técnica da produção para diferenciar o valor individual do valor social predominante no ramo. Enquanto essa diferenciação for bem-sucedida, isto é, enquanto a nova base técnica não for disseminada socialmente, o capitalista inovador se apropriará de um mais-valor extra, entendido como a diferença entre valor individual e valor social. Portanto, *o desenvolvimento das forças produtivas*, mais do que pressupor abertamente a existência de vários capitais, *resulta da existência de vários capitais em concorrência*.

Essa seção 4 do Livro I é absolutamente fundamental para todo o argumento de *O capital*: Marx mostra ali a constituição da *grande indústria* e a subordinação real do trabalho ao capital. É nessa seção que percebemos que o capitalismo é um modo de produção *sui generis*, com uma *historicidade* própria, cuja marca é a abstração do trabalho humano, o esvaziamento do conteúdo concreto do trabalho humano pela maquinaria². Em outras palavras, ali estão postas as condições que foram pressupostas desde o Capítulo 1 da obra. Sendo mais direto, o estudo da produção do mais-valor relativo torna possível perceber que

¹ Este argumento foi desenvolvido por Callinicos (2014).

² “Na seção IV, ao analisarmos a produção do mais-valor relativo, vimos que, no interior do sistema capitalista, todos os métodos para aumentar a força produtiva social do trabalho aplicam-se à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, fazendo dele um ser parcial, degradam-no à condição de um apêndice da máquina, aniquilam o conteúdo de seu trabalho ao transformá-lo num suplício, alienam ao trabalhador as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a tal processo se incorpora a ciência como potência autônoma, desfiguram as condições nas quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao despotismo mais mesquinho e odioso, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, arrastam sua mulher e seu filho sob a roda do carro de Jagrená do capital” (MARX, 2013, p. 720).

as condições nas quais ocorre a *abstração do trabalho humano são reais*, resultado da subsunção real do trabalho ao capital, derivada da expansão de um modo de produção especificamente capitalista. Em outros termos, isso nos permite constatar que Marx lida com este modo de produção desde o primeiro parágrafo do Livro I.

Ao mesmo tempo em que o argumento dessa seção, baseado na existência da concorrência, é fundamental para qualificar o argumento das seções anterior, ele é a base sobre a qual Marx expõe a lei geral da acumulação capitalista e a lei da queda tendencial da taxa de lucro. Ambas, especialmente a primeira, pressupõem a concorrência e Marx explicitamente a utiliza no Capítulo 23 do Livro I. Um resultado desse capítulo é que o desenvolvimento da acumulação de capital carrega uma tendência à centralização, isto é, que os capitais mais produtivos tendem a anexar capitais menos produtivos. Para que isso ocorra, Marx apresenta duas condições: crédito e concorrência.

Portanto, a *concorrência*, pelos motivos que listei anteriormente, é necessária e *crucial* para o Livro I. Marx percebeu isso e retirou, da redação do Livro I, qualquer menção ao capital em geral. Na edição brasileira mais recente, da Boitempo, existem, na realidade, duas menções ao capital em geral: ambas na Apresentação do livro, escrita por Gorender, e nenhuma no corpo do texto nem nos vários prefácios. Até os *Manuscritos de 1861-63*, que deram origem às *Teorias da Mais-Valia*, a distinção entre capital em geral e concorrência está presente. Mas, de 1863 em diante, inclusive na redação do Livro I, Marx suprimiu completamente essa distinção, o que significa que a estrutura de *O capital* não é uma adaptação do que havia sido planejado em 1857-58, no Plano de seis livros, mas sim um *novo projeto* de crítica da economia política (HEINRICH, 2009, p. 81-82), que incorpora, desde o nível mais elevado de abstração, a concorrência e o mercado mundial.

3. Marx, revolução mundial e sujeito revolucionário

Agora podemos retornar a uma afirmação posta no começo deste ensaio: Marx era um revolucionário. Sua preocupação com acumulação de capital em escala mundial, com o mercado mundial, como exposto no Livro I, está associada com sua militância pela revolução internacional, o que significa que é impossível desvincular sua elaboração científica de sua atividade política. A fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) no justo momento em que Marx preparava a publicação do Livro I de *O capital* é sintomático a esse respeito. Entre os dois campos de batalha – o científico e o político – havia uma complementariedade: a internacionalização do capital é a internacionalização das relações de produção capitalistas e a internacionalização da luta de classes. Portanto, a internacionalização da revolução.

O sentido do argumento final do Livro I, nos dois últimos capítulos, demonstra franca e concretamente a natureza expansionista da sociabilidade capitalista, materializada na expansão das fronteiras do mercado mundial: ao falar dos Estados Unidos do século XIX, por exemplo, o autor assegura que “a produção capitalista avança ali a passos de gigante” (Marx, 2013, p. 844). Ora, o grau com o qual o capitalismo penetra em outras formações sociais depende da velocidade com a qual se processam as expropriações. Ao tomá-las como ponto de chegada do Livro I, Marx confere um acento mais concreto ao mercado mundial do que havia lhe conferido desde o Capítulo 1. Na partida, tomava o mercado mundial como a totalidade das relações mercantis, um todo caótico, necessário logicamente para a abstração real do trabalho humano. Agora, na chegada, essa totalidade se manifesta concretamente em permanente expansão, em um movimento histórico dependente do ritmo das expropriações, determinado em última instância pela violência extra econômica.

Essa universalização concreta do modo capitalista de produção significa, conforme Pradella (2015, p. 148), que o que Marx chama de lei geral da acumulação capitalista tem um significado global, mundial. Posto que o capitalismo é um todo orgânico (um “organismo”, para usar uma expressão que está no Prefácio da primeira edição de *O capital*³), um polo complementa o outro, o que implica que a polarização crescente entre produção de riqueza e produção de miséria, resultado tendencial do desenvolvimento capitalista, por isso sua “lei geral”, só pode ser entendida em nível mundial.

Se a acumulação capitalista contém, como diz Marx (2013, p. 721), esse “caráter antagônico”, o pólo miseravelmente crescente corresponde a um *conjunto* bem especificado de seres humanos: os trabalhadores. A afirmação anterior me parece evidente quando notamos que o pauperismo e a miséria, a qual Marx se refere na lei geral, tem dois sentidos. O *primeiro* é um pauperismo oficial, digamos assim, estatístico: uma parte da população trabalhadora sempre tem de integrar o exército industrial de reserva, ou seja, tem que ficar desempregada, à margem da produção de mercadorias. Não excluída, posto que ela é necessária, por isso marginalizada⁴. O *segundo* sentido do pauperismo é um sentido mais amplo. Com o desenvolvimento da acumulação de capital, o trabalhador fica cada vez mais preso ao próprio capital: seu tempo de vida se transforma em tempo de trabalho. Os meios para o desenvolvimento da produção mutilam o trabalhador, pois o transforma em mero apêndice das máquinas. Nos termos de Marx (2013, p. 720): os “meios para o desenvolvimento da produção se transformam em métodos de dominação e exploração do produtor”.

³ No Prefácio da primeira edição de *O capital*, Marx (2013, p. 80, grifos nossos) se refere à sociedade capitalista como “um *organismo* capaz de transformação e em constante processo de mudança”.

⁴ Ver, a esse respeito, Medeiros (2013).

Em síntese, o capital possui uma qualidade imanente à sua própria natureza de miserar, brutalizar e degradar um dos polos da relação: a “força de trabalho em seu conjunto”, que inclui o exército de trabalhadores ativos e da reserva, representando a mais sucinta descrição da “*classe trabalhadora*” oferecida por Marx (2013, p. 714) no Capítulo 23 (repetindo o que havia feito no Capítulo 7, quando designou por “classe trabalhadora” o “conjunto dos trabalhadores” [Marx, 2013, p. 309]). Ora, se a produção capitalista é necessariamente mundial, assim também é o conjunto da força de trabalho, o que me leva a concluir que o *conceito de classe trabalhadora* para Marx é um conceito de classe em nível mundial.

Se a *produção* capitalista carrega, em si, essa barbárie contra a classe trabalhadora, é sua responsabilidade histórica negar a ordem social que sustenta esse modo de produção. Em outras palavras, a situação dos trabalhadores só pode ser fundamentalmente alterada com a abolição do capital. A classe trabalhadora luta contra o sistema não por causa de uma suposta moral superior ou qualquer coisa do gênero, mas por *necessidade*, para defender seus interesses enquanto seres humanos, isto é, para defender sua própria humanidade.

Para ilustrar esse argumento, irei resgatar uma passagem de *A sagrada família*, de 1844, citada por Carcanholo (2016, p. 315). Nesta obra, Marx e Engels apontam como a classe trabalhadora – apesar de subordinada à mesma lógica que a classe capitalista, isto é, à lógica do que os autores denominam por “autoalienação humana” – vislumbra a realidade de sua “existência desumanizada”:

A classe possuinte e a classe do proletariado representam a mesma autoalienação humana. Mas a primeira das classes se sente bem e aprovada nessa autoalienação, sabe que a alienação é seu próprio poder e nela possui a aparência de uma existência humana; a segunda, por sua vez, sente-se aniquilada nessa alienação, vislumbra nela sua impotência e a realidade de uma existência desumana (MARX; ENGELS, 2011, p. 47-48).

A interpretação de Carcanholo (2016, p. 315) sobre esta formulação dos jovens Marx e Engels é que, como sugeri a partir do Marx maduro de *O capital*, a classe trabalhadora tem a *necessidade* de “suprassumir a totalidade”, ou seja, de abolir a sociedade do capital. É por esse motivo que a conclusão do Capítulo 24 de *O capital*, sobre a acumulação primitiva, que seria o fechamento planejado para seu livro, é, conforme Kohan (2003, p. 236-238), uma “convocação à ação, à práxis, à revolução”. Marx *conclui sua obra-prima colocando em primeiríssimo plano a luta de classes!* Nos seus próprios termos: “soa a hora derradeira da propriedade privada capitalista, e os expropriadores serão expropriados” “pela massa do povo” (Marx, 2013, p. 832-833). E usa uma passagem do Manifesto: “a burguesia produz (...) seus próprios coveiros” (ibidem, loc. cit.).

Em outras palavras, a conclusão de *O capital* põe o mesmo sujeito revolucionário presente nos escritos abertamente políticos, como nos Estatutos da AIT, por exemplo, redigidos quase paralelamente, quando Marx, em 1864, afirma que “a emancipação das classes trabalhadoras tem de ser conquistada pelas próprias classes trabalhadoras” (Marx, 2012, p. 79).

Para tratar do movimento de uma época histórica delimitada, a época da sociedade do capital, o autor de *O capital* precisa mostrar, como afirmei na Introdução, o nascimento, o desenvolvimento e a possibilidade da morte dessa época. Não é por outro motivo que o livro se encerra com a luta de classes. É só através dela que essa forma de sociedade pode ser derrubada, o que significa dizer que *O capital* é, também, um livro sobre a revolução, cujo sujeito, a meu ver, está muito bem delimitado: a classe trabalhadora em nível mundial. A revolução e *O capital* se encontram, mas não é um encontro entre teoria de um lado (*O capital*) e prática de outro. Teoria e prática se encontram e se determinam mutuamente nos dois lados: tanto em *O capital* quanto na revolução.

Do exposto, posso concluir este ensaio sugerindo que: (1) se o comunismo é a negação do capitalismo, (2) se o capitalismo é necessariamente mundial e produz crescentemente miséria sobre o conjunto dos trabalhadores, (3) então a superação do capitalismo, para Marx, só pode ser mundial e obra dos trabalhadores enquanto classe. Esses dois últimos movimentos formam a espinha dorsal de sua crítica da economia política.

Referências

- CALLINICOS, A. *Deciphering Capital: Marx's Capital and its destiny*. London: Bookmarks Publications, 2014.
- CARCANHOLO, M. *Algumas implicações da exasperação historicista da teoria do valor de Marx por Moishe Postone*. Revista Marx e o Marxismo, Niterói, v. 4, n. 7, p. 303-317, 2016.
- DUAYER, M.; MEDEIROS, J. L. Marx, estranhamento e emancipação: o caráter subordinado da categoria da exploração na análise marxiana da sociedade do capital. *Revista de Economia*, Curitiba, v. 34, n. 4, p. 151-161, 2008.
- FORTUNY, L. *O Capital para crianças*. São Paulo: Boitatá, 2018.
- GORENDER, J. Apresentação. In: MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.
- HEINRICH, M. Reconstruction or deconstruction?: methodological controversies about value and capital, and new insights from the critical edition. In: BELLOFIORE, R.; FINESCHI, R. *Re-reading Marx: new perspectives after the critical edition*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009. p. 71-98.
- KOHAN, N. *El Capital: historia y método*. Buenos Aires: Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo, 2003.

- MARX, K. Marx to Ferdinand Lassalle, in Dusseldorf: London, 22 February 1858. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Marx & Engels Collected Works, volume 40: Letters, 1856-1859*. London: Lawrence & Wishart, 2010a. p. 268-271.
- MARX, K. Marx to Johann Philipp Becker, in Geneva: Hanover, 17 April 1867. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Marx & Engels Collected Works, volume 42: Marx and Engels, 1864-1868*. London: Lawrence & Wishart, 2010b, p. 358-359.
- MARX, K. *Crítica do programa de Gotha*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política. Livro I*. Tradução de Rubens Enderle. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. Tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A Sagrada Família: ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. Tradução de Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MEDEIROS, J. L. *A Economia diante do horror econômico: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica*. Niterói: EdUFF, 2013.
- PRADELLA, L. *Globalisation and the critique of political economy: new insights from Marx's writings*. London: Routledge, 2015.
- ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Tradução de Cesar Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.

Recebido em 21 de maio de 2019

Aprovado em 8 de junho de 2019